



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PREÂMBULO

O Pregoeiro do Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE, torna público para conhecimento de todos os interessados que até o dia **22 de Abril de 2024, as 09:00 horas**, o sistema da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, estará aceitando o cadastramento de propostas pelo seguinte link www.licitamaisbrasil.com.br, dando-se a abertura das proposta pela PREGOEIRA no dia **22 de Abril de 2024, as 09:05 horas**, estando previamente marcada para as **10:00 horas** do dia **22 de Abril de 2024**, a fase de disputa de lances da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024**, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.OBJETO: Seleção de Registro de Preços destinados a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das necessidades do Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Termo de Referência do Edital.

1.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1.2. MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ **1.365.840,00** (hum milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais)

1.4. PROCESSO REQUER A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E/OU LAUDOS TÉCNICOS: **NÃO.**

1.5. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa resultante desta Licitação ocorrerá à conta de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do exercício de 2024, consignadas no:

6.2.2.1.1.01.04.05.002 – Locação de veículos (taxi-van).

1.6. **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:**

1.6.1. A impugnação ao Edital e/ou pedido de esclarecimento poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR** no endereço eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br.

1.6.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

1.6.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço www.licitamaisbrasil.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.

1.7. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** das das 14:00 horas do dia 08/04/2024 até às 09:00 do dia 22/04/2024.

1.8. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10:00 horas do dia 22/04/2024.

1.9. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

1.10. **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio da Plataforma Licita Mais Brasil – www.licitamaisbrasil.com.br.

1.11. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a Plataforma Licita Mais Brasil.

1.12. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Superior e propor a homologação.

1.13. PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

1.13.1. Justifica-se a não observância do artigo 48, III da Lei Complementar n. 147/2014, em razão de que o processo não deve perder seu objeto principal que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do inciso III, do artigo 49 da LC 123/2006.

1.14. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.14.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.14.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverá apresentar ainda o seguinte documento:

- a) CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura das propostas; Ou,
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do ANEXO IV.

1.14.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei 14.133/2021.

1.14.4. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o CRO/CE, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais

2. LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL:

2.1. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no site da Plataforma Licita Mais Brasil.

2.2. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações disponibilizadas pelo CRO/CE no site da Plataforma Licita Mais Brasil a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em curso.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciadas na Plataforma Licita Mais Brasil.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Da participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.3.1. Será regida pela Lei Complementar N.º 123/2006.

3.3.2. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

3.4. Das vedações. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º, §1º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

3.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.8. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.4.9. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.

3.5. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

3.5.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13).

3.6. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.7. Conforme preceitua o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a participação dos licitantes será vinculada a contabilização de todos os prazos a partir das publicações realizadas na Plataforma Licita Mais Brasil, no endereço www.licitamaisbrasil.com.br que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.

3.8. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.9. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

3.9.1. CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

b) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

c) Declaro que não recebi da administração direta ou indireta ou de qualquer outra entidade, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração pública, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

d) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

e) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

4.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão a Plataforma Licita Mais Brasil, acessando o seguinte endereço <https://licitamaisbrasil.com.br/cadastro-fornecedor>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso à Plataforma, podendo sanar eventuais dúvidas.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. Todos os custos decorrentes do credenciamento na Plataforma Licita Mais Brasil, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.

4.4. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais informados na Plataforma Licita mais Brasil e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10. É vedada a participação de usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item do processo, implicando na sua desclassificação e nas sanções legais previstas em Lei.

4.11. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro da Licita Mais Brasil, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

5.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.8.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, para a Comissão de Contratação do CRO/CE, situado na Rua Gonçalves Lêdo, 1655, Joaquim Távora, Cidade de Fortaleza/CE, das 9h00min às 17:00h.

5.8.2. A responsabilidade pelo envio dos documentos, via correio, no prazo previsto no item 9.8.1 é da empresa interessada.

5.8.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item.
- 5.12 Possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;
 - 6.1.2. Marca do Produto (se solicitada);
 - 6.1.3. Anexar o arquivo PDF da Proposta Inicial.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A Apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, quando participarem de licitações públicas;
- 6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.
- 6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br**

- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, conforme constante no termo de referência.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será fixado pelo Pregoeiro.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.20.1. No país;

7.20.2. Por empresas brasileiras;

7.20.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8. DA NEGOCIAÇÃO, ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro irá abrir a etapa de negociação, pelo período mínimo de 02 (duas horas).

8.1.1. Durante esse período o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2 Durante a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União e no SICAF.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. O Pregoeiro convocará, durante a etapa de negociação, o arrematante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

8.4.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

8.5. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo II deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descrição do serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Conter prazo de execução dos serviços e/ou entrega do produto, conforme descrito no Anexo II, contados do recebimento da “Nota de Empenho” e/ou quando não houver a formalização do instrumento de contrato; “da ordem de serviço/compra”;
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

8.5.1. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 8.4, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

8.5.1.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, será verificada a Documentação de Habilitação do licitante arrematante, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

9.1.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em **nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.1.2. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.4. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, em sede de diligência a critério da Pregoeira:

9.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.6. O saneamento de documento ou proposta, previsto no item anterior deverá ocorrer, preferencialmente, na própria sessão.

9.6.1. Não sendo possível, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitindo o encaminhamento por via eletrônica.

9.6.2. Não será concedido novo prazo para juntada de documento, devendo o requerimento se formulado até o fim da sessão, sob pena de preclusão.

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.10. Os licitantes arrematantes deverão apresentar os seguintes documentos:

9.10.1.COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede,



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI/SLU;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VI – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Observação: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

II – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

IV – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão.

Observação:

a) Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I. Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios financeiros exigíveis, na forma da lei, assinado por contabilista devidamente habilitado, juntamente com o representante da empresa, onde devem fazer parte as demonstrações do último exercício social, com fulcro no inciso I, do art. 69, da Lei 14.133/2021.

II. Entende-se por “forma da lei” o seguinte:

III. Quando S.A, Balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e parágrafo 5º, da Lei Federal Nº 6.404/76).

IV. de outra forma societária, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto-lei Nº 486/69, autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio), juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional - CRP do profissional responsável pelo trabalho técnico-contábil, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado.

V. Comprovação de boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Liquidez Geral LC
= Liquidez Corrente



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

SG = Solvência Geral

Onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longa Prazo}}$$

VI. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

9.10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - A empresa deverá apresentar 01 (um) **atestado de capacidade técnica**, pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.10.5. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

I – Condicionada a apresentação do documento solicitado nos itens 1.13.1 ao 1.13.4 do edital.

II- As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

III- A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

IV. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

V- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

VI- O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

VII- A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no **prazo de 30 (trinta) minutos.**

10.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

10.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

10.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (e-mail, correspondência, etc).

10.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.cro@cro-ce.org.br> e www.licitamaisbrasil.com.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, à Autoridade superior ao pregoeiro, com competência para decidir recursos.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

12.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, Termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho (ou instrumento equivalente).

12.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

12.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato e/ou Ata de Registro de Preço é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento via e-mail. Para assinatura do contrato deverá ser de forma física em dia e horário de expediente, de segunda a sexta feira, de 09:00 às 18:00 horas ou assinado digitalmente com certificação ICP Brasil em todas as laudas do contrato, sob pena de perda da expectativa de direito contratual, vide art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. O Prazo de que trata o subitem 12.3. poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pelo o Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE.

12.3.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

12.4 Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.5.O Termo de contrato deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de pagamento, prestação das garantias, obrigações das partes contratantes, dentre outras obrigações.

12.6. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

12.7.É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

- 12.8. A Ata de Registro de Preços, poderá sofrer alterações, obedecida a disposição contida no art. 124 da Lei Federal 14.133/21.
- 12.9. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o edital de licitação são estimadas, podendo nos limites do art. 125 da Lei 14.133/21, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP)
- 12.10. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado, bem como as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Responderá, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente o licitante que não honrar com os compromissos estabelecidos em termo contratual, ata de registro ou outro documento equivalente;

13.2. É faculdade de rescisão contratual, o CRO/CE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previsto no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 13.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.1333/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.2. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 13.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 do estatuto federal vigente.

13.2.3. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.4. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 13.1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3. Será aplicada multa por inexecução do objeto da licitação, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes casos e percentuais:

13.3.1. Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual;

13.3.2. Quando houver descumprimento na execução dos serviços especificados no Projeto, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;

13.3.3. Quando a sinalização das frentes de serviços for insuficiente, e mesmo após ter notificada, a contratada não reforçar a sinalização, com grave risco aos usuários e a segurança no trecho; no caso de recusa injustificada do contratado em assinar ou retirar termo aditivo, dentro do prazo



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

estabelecido pela Administração Pública, será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) do valor total do contrato.

13.3.4. Nos demais casos não previstos, fica estabelecida uma multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato na inexecução parcial do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato;

13.3.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

13.3.5.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

13.3.5.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução e planejamento do contrato;

13.3.5.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

§ 1º As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

§ 2º Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste Edital, competirá à Autoridade Competente encaminhar a decisão para inserção no cadastro de empresas penalizadas do CRO/CE e dos demais órgãos competentes.

§ 3º Para o caso de rescisão contratual decorrente de inexecução contratual culposa da contratada, fica instituída a Cláusula Penal Compensatória por perdas e danos no valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, observado o que segue:

I. Para exigir a pena convencional, não é necessário que a Contratante alegue prejuízo.

II. O montante de 10% acima definido vale como mínimo da indenização, não prejudicando o ressarcimento por prejuízos com valores a ele excedentes.

13.4. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 3 (anos) anos, em conjunto com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta, bem como das demais cominações legais, o licitante/contratado que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato;

II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Der causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.5. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório e observadas as competências que são próprias do Conselho Regional de Odontologia do Ceará – CRO/CE.

13.6. Os montantes relativos às multas contratuais e a Cláusula Penal Compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobradas judicialmente ou descontadas dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

13.7. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela



contratada.

13.8. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança, inclusive judicialmente, da diferença.

13.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10. Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.11. Do direito de defesa.

13.11.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156, da Lei 14.133/2021 (item 13.1, “a”, “b” e “c”), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.11.1.2. recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Conforme artigo nº 166 da Lei nº 14.133/2021.

13.11.2. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 (item 13.1, “d”) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11.4. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.1, requererá a instauração de processo de responsabilização, para avaliação dos fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.11.6. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

13.11.7. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente (Controle Interno) que por sua vez, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e SICAF.

13.12. A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

13.13. Da sujeição a perdas e danos: Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

14. DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-INANCEIRO

14.11. DOS ADITIVOS

14.11.1. O contrato proveniente desta licitação será regido pelas normativas da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser alterado, unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

14.11.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.11.3.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I- Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II- Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III- Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV- Empenho de dotações orçamentárias.

14.12. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.12.1. A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

Sempre que atendidas as condições do Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

14.12.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade.

14.12.3. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela Contratada antes da solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o contratado do compromisso sem aplicação de penalidades.

14.12.4. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada após a solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, o CONTRATATADO não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.

14.12.5. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.

14.12.6. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.12.7. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

14.12.8. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, os preços inicialmente contratados, poderão ser reajustados mediante solicitação, de acordo com a variação do IPCA acumulado no período.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através da Plataforma Licita Mais Brasil – www.licitamaisbrasil.com.br e do site oficial do CRO/CE <https://www.cro-ce.org.br/licitacoes>.

15.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pelo Pregoeiro/Agente de Contratação;

15.2.1. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da interposição de recurso(s), se for o caso;

15.2.2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

15.3. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távara CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

- 15.3.1. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus ANEXOS, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 15.4. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.
- 15.5. A Administração Pública reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 15.6. É facultado ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.7. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Licitante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.
- 15.8. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.9. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
- 15.10. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal do CRO/CE, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.
- 15.11. Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial da união e através dos sítios: <https://www.cro-ce.org.br/licitacoes> e www.licitamaisbrasil.com.br.
- 15.12. As decisões referentes a este processo licitatório serão publicadas no Diário Oficial da União.
- 15.13. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação, nos dias úteis, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 18h00h ou pelo e-mail: <https://www.licitacoes@cro-ce.org.br> poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma Licita Mais Brasil.
- 15.14. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.
- 15.15. Objetivando garantir o acesso às informações, bem como a transparência dos atos públicos, todas as informações constantes no edital, bem como no contrato a ser firmado com as empresas que serão contratadas, assim como os demais atos inerentes, são públicos e são instrumentos de transparência da gestão fiscal e serão submetidos a ampla divulgação em observância aos dispostos na Lei 12.527/2011 (acesso a informações) e na Lei geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n. 13.709/2018), bem como nos artigos 48 e 58, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, na Lei da Transparência n. 131/2009.
- 15.16. Fazem parte integrante deste Edital:
- ANEXO I - ETP
- ANEXO II - Termo de Referência;
- ANEXO III - Modelo de Proposta Preço;
- ANEXO IV - Modelo de Declaração;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

ANEXO V - Minuta de Contrato;

Fortaleza, CE, 04 de Abril de 2024.

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
Presidente do CRO/CE



ANEXO I - ETP

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

Seleção de Registro de Preços destinados a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao atendimento das necessidades do Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE.

FEV./2024



SUMÁRIO

SEÇÃO I – CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA.....	03
Equipe de planejamento da contratação.....	03
1. Introdução.....	03
2. Necessidade da contratação.....	03
3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional.....	05
SEÇÃO II – ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	05
4. Requisitos Técnicos.....	05
4.1. Definição.....	05
4.2. Obrigações da Contratada.....	07
4.3. Obrigações da Contratante.....	10
5. Local para prestação do serviço.....	12
5.1. Serviço será executado nas unidades constantes na tabela abaixo.....	12
6. Critérios de remoção de resíduos de sustentabilidade ambiental.....	12
7. Das penalidades de multas.....	12
8. Políticas de controle de acesso.....	13
9. Soluções.....	13
9.1. Solução I – Locação veicular tipo SUV na modalidade mensal.....	13
9.2. Solução II – Locação veicular de Van com motorista por diária.....	14
9.3. Solução III – Locação veicular de Sedan Compacto por diária.....	14
9.4. Estimativa de Valor da Solução I.....	15
9.5. Estimativa de Valor da Solução II.....	17
9.6. Estimativa de Valor da Solução III.....	20
9.7. Valores Médios em Contratos Anteriores.....	22
9.8. Gasto Mensal com locação veicular 2021/2022/2023.....	23
9.9. Estimativa de Custo para Nova Contratação.....	25
10. Justificativa.....	26
11. Necessidade de adequação do ambiente do órgão para atender a solução.....	27
12. Resultados e Benefícios Pretendidos.....	27
13. Tratamento de riscos do processo de contratação.....	28
14. Declaração de Validade ou Não da Contratação.....	32
15. Conclusão.....	34



SEÇÃO I - CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

Equipe de planejamento da contratação

Nome	Setor	E-mail	Papel
1 Samila Sousa da Silva	Chefe do Setor Financeiro	samila@cro-ce.org.br	Requisitante / Técnico
2 Lindoneudo Lázaro	Transporte/Frota	lazaro@cro-ce.org.br	Especialista / Técnico
3 Helyannai Herysson	Compras	helyannai.herysson@cro-ce.org.br	Compras / Licitação

Tabela 01: Equipe de Planejamento.

1. Introdução.

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar - ETP, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/1993, art. 6º, inciso XX e XXV. Visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço em locação de veículo para os setores de diretoria, fiscalização e de outras demandas de interesse do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, conforme especificadas no referido Estudo Técnico Preliminar – ETP, a serem executadas por pessoa jurídica especializada, de acordo com as especificações, rotinas de serviços, planilhas estimativas de preços e demais itens que acompanham este ETP, sendo basilar para produção de posterior Termo de Referência - TR.

A Equipe de Planejamento elaborou o Estudo Técnico Preliminar com o objetivo de pesquisar uma Solução para a locação viável de automóveis que contemple o aluguel mensal de SUV para sede do CRO-CE e suas Delegacias Regionais, fretamento de Van e de Sedan Compacto por meio da modalidade de diárias, analisando a sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Conselho Regional de Odontologia do Ceará em todo o Estado.

2. Necessidade da Contratação.

A finalidade do presente instrumento é assegurar a continuidade do perfeito funcionamento do serviço de fiscalização e das outras áreas administrativas, visando atender as demandas oriundas da sociedade civil possibilitando a segurança da população por meio de uma vigilância ativa e presente, além do deslocamento de autoridades para atender ao pleno exercício de suas funções administrativas, bem como conduzir diretores



para participação de eventos, solenidades e todas as atividades inerentes ao pleno exercício das atividades desde com responsabilidade por meio de profissionais qualificados. Assim, torna-se indispensável a contratação de empresa para locação de veículos diversos, conforme indicados neste ETP e no TR.

Sabe-se que a aquisição e manutenção de um automóvel possui custos elevados para o Conselho Regional de Odontologia do Ceará, tais como obtenção do bem, depreciação, taxas, seguro e concertos mecânicos. Tendo em vista a necessidade de fiscalização, os veículos necessitam estar em pleno funcionamento, sem avarias, para que possam ser utilizados na prestação de serviços à comunidade.

Portanto, a necessidade de se adquirir automóveis por meio de locação, permite aos servidores deste conselho de classe veículos em condições plenas de manuseio, impedindo desta forma a não execução de suas atividades por meio de avarias ou sinistros decorridos ao bem.

Considerando que, as muitas viagens para transporte de autoridades para o mesmo evento de forma constante, demandando muitos recursos financeiros, como também aumentam a possibilidade de colisões no trânsito durante o trajeto. Diante disso, a contratação nos moldes aqui sugeridos, incluindo a locação de diárias de Vans com motorista e Sedan Compacto e SUV sem motorista reduzem de forma significativa os possíveis transtornos decorrentes durante o trajeto.

Para condução de Vans com capacidade acima de 8 pessoas, o condutor deverá estar habilitado com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria D, própria para realização deste serviço. A CNH D permite que motoristas estejam autorizados a conduzirem veículos motorizados e que são utilizados no transporte coletivo de passageiros. São veículos que transportam acima de 8 pessoas, como vans, ônibus e micro-ônibus.

Em outras palavras, a administração de um contrato contínuo com esse fim é essencial para os serviços solicitados no preâmbulo deste documento e sua interrupção pode comprometer o andamento das atividades institucionais, afetando o funcionamento regular da unidade, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada para a execução do serviço. Trata-se de contratação mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO de acordo com o Art. 6 inciso XLV da Lei nº 14.133/2021, sendo o objeto que visa futura locação de veículos eventuais e permanentes para atender as demandas do CRO-CE.

Portanto, o estabelecimento, contratação e continuidade deste tipo de solução assegura a esta Autarquia Federal uma continuidade de serviço de fiscalização de forma ininterrupta, ágil e eficiente; como também a seguridade física de colaboradores que utilizam este meio em eventos da própria entidade pública, diminuindo o tempo de traslado e redução do consumo de combustível, permitindo assim um amingramento dos custos.

3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional



Maior eficácia no atendimento às demandas fiscalizadoras e administrativas que, para seu cumprimento, dependam da utilização de veículo automotor oficial, se deslocando com adequada segurança e conforto a fim de desenvolver com qualidade sua missão institucional, importando a melhor entrega à sociedade.

Inexistência de custos de manutenção junto a oficinas, visto que as manutenções dos veículos são de responsabilidade da locadora, bem como de troca de peças.

Ausência do pagamento de seguro veicular para a entidade pública, haja vista que os custos destas apólices são de responsabilidade da locadora dos mesmos.

Redução do consumo de combustíveis, em virtude de que os veículos, objeto deste ETP, são novos e dispõem de tecnologia atualizada, com aumento de eficiência energética.

Gerir o orçamento de forma eficiente, eficaz e com previsibilidade orçamentária.

SEÇÃO II - ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

4. Requisitos Técnicos.

4.1. Definição

Contratação de serviço de locação de veículos (sem motorista e sem combustível), com quilometragem livre, com duração mensal para até 12 (doze) meses consecutivos, ou para uso eventual (diário ou semanal), em se tratando da Van o objeto inclui o motorista, com troca de veículo sem custos adicionais e de forma imediata em caso de quebra/falha mecânica/acidente, para uso do setor de fiscalização e/ou diretoria e para outras demandas de interesse deste Regional para ser usado em qualquer uma de suas sedes. Compreendendo:

Solução I. Descritivo do aluguel veicular conforme detalhamento do objeto para utilização do CRO-CE.



ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT
01	<p>Veículo com características <u>mínimas</u> conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locação de 06 veículos categoria SUV; -Para aluguel mensal (com duração de 12 meses); -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Combustível flex ou Diesel; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Banco com revestimento em couro sintético; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos pela legislação brasileira 	MÊS	12
02	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características <u>mínimas</u> conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados. 	Diária	400
	<p>Veículo com características <u>mínimas</u> conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e 		



03	falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação;	Diária	400
----	--	--------	-----

Tabela 02: Descritivo do objeto para contratação

Estas quantidades servem de subsídio às licitantes para formulação de suas propostas. No entanto, isto constitui o compromisso ou obrigação para com a contratada em função de atingir as especificações apresentadas.

4.2. Das obrigações da contratada

4.2.1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;

4.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

4.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor – Item 2 do objeto deste ETP;

4.2.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

4.2.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

4.2.8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.2.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.2.10. Fornecer a substituição dos veículos conforme estabelecido no Termo de Referência e Minuta



de Contrato, conforme este estudo técnico preliminar;

4.2.11. Efetuar manutenções preventivas e/ou corretivas nos veículos objeto deste estudo técnico preliminar;

4.2.12. Disponibilizar, quando solicitado, mais de 1 (uma) unidade de veículo por dia conforme necessidade por parte do CONTRATANTE para os Itens 2 e 3 do objeto deste ETP;

4.2.13. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na realização do serviço;

4.2.14. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção dos veículos do CONTRATANTE constante no Item 1;

4.2.15. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados;

4.2.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.2.17. Quando ocorrer defeito nos veículos referidos ao Item 1 que exija mais tempo, deverá ser negociado com o CONTRATANTE o prazo para entrega de veículo reserva feito por escrito mediante e-mail institucional do CRO-CE;

4.2.18. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até setenta e duas horas, a contar da notificação;

4.2.19. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

4.2.20. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

4.2.21. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

4.2.22. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;

4.2.23. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/21;

4.2.24. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;

4.2.25. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.2.26. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

4.2.27. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

4.2.28. O serviço de locação de veículos SUV mensais, ou quando ocorrer necessidade de locação de Vans ou Sedan Compacto, terá prazo de vigência de 12 meses, sendo possível a aditivação do mesmo mediante contrato assinado por ambas as partes;



4.2.29. Cabe à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;

4.2.30. Os veículos referidos ao Item 1 deste ETP, deverão ser entregues nos endereços descritos conforme a Tabela 03, do item 5.1, com as especificações requeridas no prazo máximo de 15 dias após a emissão da ordem de serviço do vencedor do certame.

4.2.31. Os veículos referidos ao Item 2 e 3 deste ETP, deverão ser entregues ao CRO-CE, conforme a Tabela 03, do item 5.1, com as especificações requeridas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a emissão da ordem de serviço do vencedor do certame.

4.2.32. Substituir os veículos que apresentem defeitos ou problemas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação da contratante.

4.3. Obrigações do Contratante

4.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.3.3. Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.3.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste ETP;

4.3.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.3.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.3.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.3.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

4.3.9. Custear a despesa com o combustível consumido em missões, atendimentos isolados e nos deslocamentos terrestres, observando sempre para a utilização daquele combustível que seja mais vantajoso para a Administração Pública;

4.3.10. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos Vans (Item 2 e 3 do objeto de contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado na capital ou região metropolitana, indicando o local da apresentação dos veículos e motoristas;

4.3.11. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos SUV e Sedan Compacto, (Itens 1 e 3 do objeto de contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital e fora da região metropolitana, indicando o local da apresentação;

4.3.12. Responsabilizar-se pela guarda diária dos veículos locados de forma mensal (Item 1 do objeto de contratação) utilizados pelo CRO-CE;

4.3.13. Exigir da Contratada, no momento da apresentação dos veículos, toda a sua documentação, visando constatar o tempo de uso, o pagamento de taxas e impostos, e o Certificado de Registro e



Licenciamento de Veículo (CRLV);

4.3.14. Fiscalizar a realização dos serviços por meio do gestor titular e/ou seu substituto, que verificará a fiel observância das disposições do Contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes, encaminhando-as, imediatamente a Contratada para a pronta correção das irregularidades constatadas;

4.3.15. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;

4.3.16. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.3.17. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;

4.3.18. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;

4.3.19. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;

4.3.20. A empresa prestadora de serviço deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

4.3.21. A Administração pública poderá celebrar contrato de até 05 (cinco) anos para serviços e fornecimentos contínuos conforme o Art. 106 da Lei nº 14.133;

4.3.22. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme o Art. 107 da Lei nº 14.133;

5. Local para entrega dos veículos/prestação de serviço

5.1. Local da entrega/prestação dos serviços, será conforme consta na tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANT DE VEICULOS	ENDEREÇO	CIDADE
1	CRO-CE	4	Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261	Sede Fortaleza
1	DELEGACIA DO CARIRI	1	Rua Maria Nilde Couto Bem, 220, Sala 201 - Edifício Office Cariri, Bairro Triângulo, CEP: 63041-155, Juazeiro do Norte (CE)	Delegacia do Cariri (Juazeiro do Norte)
1	DELEGACIA DA ZONA NORTE	1	Av. Monsenhor Aloísio Pinto, 300 Sala 702, Torre Cameron Tower, CEP: 62050-255, Sobral (CE)	Delegacia da Zona Norte (Sobral)
2 e 3	CRO-CE	-	Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261	Sede Fortaleza

Tabela 03: Unidades de atendimento.

6. Critérios de remoção de resíduos e sustentabilidade ambiental

6.1 A Contratação deve obedecer às normas ambientais e de sustentabilidade aplicáveis no Brasil,



promovendo a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936/2022, regulamentada pela Lei nº 12.305/2010.

7. Das penalidades e multas

7.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;

II – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;

III – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de ilícito penal.

7.2. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

8. Políticas de Controle de Acesso

O controle de acesso do CONTRATADO por parte da CONTRATADA, para Motorista de Van conforme o Item 2 do objeto deste ETP se dará mediante:

8.1. Referente ao que se destina as dependências interna do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, o acesso se dará mediante autorização do CONTRATANTE para que se tenha permissão de permanência.

8.2. Nos traslados em geral o motorista ficará à disposição do CONTRATANTE, observando horários repassados com antecedência para que haja uma melhor prestação de serviço;

8.3. Tanto para as dependências internas e/ou externas, faz-se obrigatório a identificação do prestador de serviço por meio de fardamento disponibilizado pela CONTRATADA, crachá de identificação do prestador de serviço e comunicação prévia com a CONTRATANTE;

9. Solução

9.1. Solução I: Locação veicular tipo SUV na modalidade mensal.

Nome:

Contratação de serviços de locação veicular tipo SUV.

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação veicular mensal tipo SUV para uso do CRO-CE sede e demais delegacias regionais, para utilização em fiscalização e transporte de autoridades administrativas do ente público.

Viabilidade:



A solução encontra-se instalada e em funcionamento, necessitando de continuidade do serviço para transporte da diretoria administrativa e fiscalização do CRO-CE em todo território estadual, como também unificação do tipo de veículo para melhor utilização em serviço e facilitação de acesso a cidades. Tendo como modelo de contratação o SRP – Sistema de Registro de Preço, na modalidade pregão eletrônico.

9.2. Solução II: Locação veicular de Vans com motorista por diária.

Nome:

Contratação de serviços de locação veicular tipo Van com motorista por meio de diária.

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de Vans, com motorista de posse de habilitação de CNH categoria D, para transporte de autoridades para eventos e solenidades, na modalidade de diárias.

Viabilidade:

A solução no momento é inexistente, porém vê-se viabilidade para seu funcionamento. Para tanto, possibilita que os carros de locação mensal não precisem de vários deslocamentos no transporte de autoridades para um único evento, e com isso, permitindo a redução de custos gerais nestes traslados. Tendo como modelo de contratação o SRP – Sistema de Registro de Preço, na modalidade pregão eletrônico.

9.3. Solução III: Locação veicular de Sedan Compacto por diária.

Nome:

Contratação de serviços de locação veicular tipo Sedan Compacto por meio de diária.

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para locação de veículos tipo Sedan Compacto, para traslado de autoridades competentes a serviço do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.

Viabilidade:

A solução no momento é inexistente, porém vê-se viabilidade para seu funcionamento. Desta forma, possibilita que os carros de locação mensal de uso para fiscalização não precisem ser deslocados para outras finalidades. Tendo como modelo de contratação o SRP – Sistema de Registro de Preço, na modalidade pregão eletrônico.

9.4. Estimativa de valor da Solução I – LOCAÇÃO VEICULAR TIPO SUV NA MODALIDADE MENSAL PELO SISTEMA DE SRP – REGISTRO DE PREÇO.

9.4.1 - Fornecedores

O fornecimento da solução abrangeu um quantitativo significativo de fornecedores, porém, alguns não realizaram a cotação para esta solução. Ficando assim um fator impeditivo para que se pudesse ter maior abrangência quanto a estimativa de valores para a solução proposta.

O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor - seguido do código descritivo de atividade 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente.

CNPJ	Razão Social	E-Mail	Telefone	Situação
------	--------------	--------	----------	----------



52.645.851/0001-95	ISATOUR TRANSPORTE S E PASSEIOS	contato@isatourvans.com.br	(85) 98708-7083	Enviou proposta
01.079.210/0001-80	UNIDAS	adriana.magalhães@unidas.com.br	0800 771 5158	Não Enviou proposta.
41.597.303/0005-44	GRUPO NEW	talita.alves@newland.com.br	(85) 4009.2700	Enviou proposta.
50.014.899/0001-70	AP BESSA	apbessalocações@gmail.com	(85) 98809-8380	Enviou proposta.
02.829.565/0001-01	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÕES	eclipseserviços01@gmail.com	(85) 99419.2872	Enviou propost a.
13.254.185/0001-02	RVR TUR	rvrtur@hotmail.com	(85) 98503-4402	Não Enviou propost a.
07.005.206/0001-53	ASA LOCADORA	comercial@asalocadora.com.br	0800 080 0015	Não Enviou propost a.
11.299.532/0001-98	FORTAL EXECUTIVO	reservas@fortalexecutivo.com.br	(85) 3271-1535	Não Enviou proposta.
47.259.169/0001-24	EMG LOCAÇÕES	reservas@gstransportes.com.br	(85) 98130-9606	Enviou proposta.
39.609.023/0001-33	INFINITY LOCAÇÕES DE VEÍCULOS	tiagorosa@infinity.online	(85) 98932-3856	Enviou proposta.

Tabela 04: Fornecedores.

9.4.2 – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/01/2024 à 08/02/2024 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como também de fornecedores diretos a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

CATSER	Descrição
643	SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
3239	TRANSPORTE RODOVIÁRIO – PESSOAL POR AUTOMÓVEIS
4014	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Tabela 05: CATSER Locação de Veículos

Nº	Fonte	Ente licitante / objeto	Vlr Unt.	LINK
1	PAINEL DE	CONFORME RELATÓRIO	R\$ 304.800,00	Fonte:



	PREÇOS			paineldeprecos.planejamento.gov.br (relatório em anexo)
2	PNCP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP	R\$ 4.412,71	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/46379400000150/2023/1888
3	PAINEL DE PREÇOS	CONFORME RELATÓRIO	R\$ 65.542,92	Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br (relatório em anexo)

Tabela 06: Mapa Comparativo Setor Público

Nº	Fonte	Fornecedor	Vlr Unt.	LINK
1	EMAIL	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÕES	R\$ 4.800,00	Fonte: eclipseserviços01@gmail.com
2	EMAIL	INFINITY	R\$ 7.750,00	Fonte: tiagorosa@infinity.online
3	EMAIL	EMG LOCAÇÕES E LOGÍSTICA	R\$ 10.500,00	Fonte: reservas@gstransportes.com.br
4	EMAIL	ISATOUR TRANSPORTES E PASSEIOS	R\$ 7.750,00	Fonte: contato@isatourvans.com.br
5	EMAIL	AP BESSA	R\$ 7.800,00	Fonte: apbessalocações@gmail.com

Tabela 07: Mapa Comparativo Setor privado

LOCAÇÃO VEICULAR TIPO SUV NA MODALIDADE MENSAL.						
Itens N°	Descrição geral	Unid.	Qtde	Valor Unitário p/ Veículo	Valor Unit.*	Valor Total*
1	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locação de 06 veículos categoria SUV; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Combustível flex ou Diesel; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Banco com revestimento em couro sintético; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira; 	Mês	12	R\$ 7.720,00	R\$ 46.320,00	R\$ 555.840,00

Tabela 8: Valor estimado anual Mapa Comparativo

*Resultado do total de veículos multiplicado pelo valor unitário por veículo.

** Resultado do valor unitário multiplicado pela quantidade anual prevista (12 meses).



9.5. Estimativa de valor da Solução II – LOCAÇÃO VEICULAR TIPO VAN NA MODALIDADE DE DIÁRIA COM MOTORISTA PELO SISTEMA DE SRP – REGISTRO DE PREÇO.

9.5.1 – Fornecedores

O fornecimento da solução está restrito a poucos fornecedores, uma vez que muitos não trabalham com demandas de órgãos públicos ou demonstram desinteresse em realizar cotações. Ficando assim um fator impeditivo para que se pudesse ter maior abrangência quanto a estimativa de valores para a solução proposta.

O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 49.23-0-02 – Locação de automóveis com condutor - seguido do código descritivo de atividade 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente.

CNPJ	Razão Social	E-Mail	Telefone	Situação
52.645.851/0001-95	ISATOUR TRANSPORTES E PASSEIOS	contato@isatourvans.com.br	(85) 98708-7083	Enviou proposta
01.079.210/0001-80	UNIDAS	adriana.magalhães@unidas.com.br	0800 771 5158	Não Enviou proposta.
41.597.303/0005-44	GRUPO NEW	talita.alves@newland.com.br	(85) 4009.2700	Não Enviou proposta.
50.014.899/0001-70	AP BESSA	apbessalocações@gmail.com	(85) 98809-8380	Não Enviou proposta.
02.829.565/0001-01	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÕES	eclipseserviços01@gmail.com	(85) 99419.2872	Enviou proposta.
13.254.185/0001-02	RVR TUR	rvtur@hotmail.com	(85) 98503-4402	Não Enviou proposta.
07.005.206/0001-53	ASA LOCADORA	comercial@asalocadora.com.br	0800 080 0015	Não Enviou proposta.
11.299.532/0001-98	FORTAL EXECUTIVO	reservas@fortalexecutivo.com.br	(85) 3271-1535	Não Enviou proposta.
47.259.169/0001-24	EMG LOCAÇÕES	reservas@gstransportes.com.br	(85) 98130-9606	Enviou proposta.
39.609.023/0001-33	INFINITY LOCAÇÕES DE VEÍCULOS	tiagorosa@infinity.online	(85) 98932-3856	Enviou proposta.

Tabela 9: Fornecedores.



9.5.2 – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/01/2024 à 08/02/2024 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como também de fornecedores diretos a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

CATSER	Descrição
643	SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
3239	TRANSPORTE RODOVIÁRIO – PESSOAL POR AUTOMÓVEIS
4014	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Tabela 10: CATSER Locação de Veículos - Vans

Nº	Fonte	Ente licitante / objeto	Vlr Unt.	LINK
1	PNCP	GESTÃO DE ADM. E GESTÃO DE PESSOAS – JUNDIAÍ / SP	R\$ 12.059.999,28	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/4578010300150/2023/35
2	PNCP	SUPERINTENDÊNCIA REG. DA POLÍCIA FEDERAL – BELÉM/PA	R\$ 9.042,55	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/00394494000136/2023/480
3	PNCP	PREFEITURA MUNICIPAL ESTÂNCIA DE ATIBAIA / SP	R\$ 49.000,00	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/45279635000108/2023/36

Tabela 11: Mapa Comparativo Setor Público

Nº	Fonte	Fornecedor	Vlr Unt.	LINK
1	EMAIL	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÃO	R\$ 2.500,00	Fonte: eclipseserviços01@gmail.com
2	EMAIL	INFINITY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 1.000,00	Fonte: tiagorosa@infinity.online
3	EMAIL	EMG LOCAÇÕES E LOGÍSTICA	R\$ 1.000,00	Fonte: reservas@gstransportes.com.br
4	EMAIL	ISATOUR TRANSPORTES E PASSEIOS	R\$ 1.000,00	Fonte: contato@isatourvans.com.br

Tabela 12: Mapa Comparativo Setor privado

LOCAÇÃO VEICULAR TIPO VAN NA MODALIDADE DE DIÁRIA COM MOTORISTA					
Itens Nº	Descrição geral	Und	Qnt	Valor Médio Unit.	Valor Total
2	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16(dezesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, 	Diárias	400	R\$ 1.375,00	R\$ 550.000,00



freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados				
--	--	--	--	--

Tabela 13: Valor estimado anual Mapa Comparativo

9.6. Estimativa de valor da Solução III – LOCAÇÃO VEICULAR TIPO SEDAN COMPACTO NA MODALIDADE DE DIÁRIA SEM MOTORISTA PELO SISTEMA DE SRP – REGISTRO DE PREÇO.

9.6.1 – Fornecedores

O fornecimento da solução abrangeu um quantitativo significativo de fornecedores, porém, alguns não realizaram a cotação para esta solução. Ficando assim um fator impeditivo para que se pudesse ter maior abrangência quanto a estimativa de valores para a solução proposta.

O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor - seguido do código descritivo de atividade 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente.

CNPJ	Razão Social	E-Mail	Telefone	Situação
52.645.851/0001-95	ISATOUR TRANSPORTES E PASSEIOS	contato@isatourvans.com.br	(85) 98708-7083	Enviou proposta
01.079.210/0001-80	UNIDAS	adriana.magalhães@unidas.com.br	0800 771 5158	Não Enviou proposta.
41.597.303/0005-44	GRUPO NEW	talita.alves@newland.com.br	(85) 4009.2700	Não Enviou proposta.
50.014.899/0001-70	AP BESSA	apbessalocações@gmail.com	(85) 98809-8380	Não Enviou proposta.
02.829.565/0001-01	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÕES	eclipseserviços01@gmail.com	(85) 99419.2872	Enviou proposta.
13.254.185/0001-02	RVR TUR	rvtur@hotmail.com	(85) 98503-4402	Não Enviou proposta.
07.005.206/0001-53	ASA LOCADORA	comercial@asalocadora.com.br	0800 080 0015	Não Enviou proposta.
11.299.532/0001-98	FORTAL EXECUTIVO	reservas@fortalexecutivo.com.br	(85) 3271-1535	Não Enviou proposta.
47.259.169/0001-24	EMG LOCAÇÕES	reservas@gstransportes.com.br	(85) 98130-9606	Enviou proposta.



39.609.023/0001-33	INFINITY LOCAÇÕES DE VEÍCULOS	tiagorosa@infinity.online	(85) 98932-3856	Enviou proposta.
--------------------	-------------------------------------	---------------------------	-----------------	------------------

Tabela 14: Fornecedores.

9.6.2 – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/01/2024 à 08/02/2024 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como também de fornecedores diretos a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

CATSER	Descrição
643	SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
3239	TRANSPORTE RODOVIÁRIO – PESSOAL POR AUTOMÓVEIS
4014	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Tabela 15: CATSER Locação de Veículos

Nº	Fonte	Ente licitante / objeto	Vlr Unt.	LINK
1	PNCP	CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHA - CE	R\$ 4.150,00	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/10379642000105/2024/2
2	PNCP	CÂMARA MUNICIPAL DE PACOTI - CE	R\$ 4.200,00	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/63367528000113/2023/4
3	PNCP	CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA - CE	R\$ 6.600,00	Fonte: https://pncp.gov.br/app/contratos/12483558000154/2023/18

Tabela 16: Mapa Comparativo Setor Público

Nº	Fonte	Fornecedor	Vlr Unt.	LINK
1	EMAIL	ECLIPSE SERVIÇOS E LOCAÇÃO	R\$ 1.000,00	Fonte: eclipseserviços01@gmail.com
2	EMAIL	INFINITY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 500,00	Fonte: tiagorosa@infinity.online
3	EMAIL	EMG LOCAÇÕES E LOGÍSTICA	R\$ 600,00	Fonte: reservas@gstransportes.com.br
4	EMAIL	ISATOUR TRANSPORTES E PASSEIOS	R\$ 500,00	Fonte: contato@isatourvans.com.br

Tabela 17: Mapa Comparativo Setor privado

LOCAÇÃO VEICULAR TIPO SEDAN COMPACTO NA MODALIDADE DE DIÁRIA SEM MOTORISTA					
Itens Nº	Descrição geral	Und	Qnt	Valor Médio Unit.	Valor Total
3	Veículo com características mínimas conforme abaixo: -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora;	Diárias	400	R\$ 650,00	R\$ 260.000,00



<ul style="list-style-type: none"> -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira; 				
--	--	--	--	--

Tabela 18: Valor estimado anual Mapa Comparativo

9.7. Valores Médios por Serviços em Contratações Anteriores

Item	2021		2022		2023		Valor Médio Unitário (R\$)
	Qt.	Valor (R\$)	Qt.	Valor (R\$)	Qt.	Valor (R\$)	
Aluguel Mensal	01	R\$ 26.809,56	01	R\$ 49.704,52	01	R\$ 53.137,15	R\$ 43.217,07
Locação Van - Diária	N/A*	R\$ 00,00	N/A*	R\$ 00,00	N/A*	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Locação Sedam Com Diária	N/A*	R\$ 00,00	N/A*	R\$ 00,00	N/A*	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Total Geral		R\$ 26.809,56		R\$ 49.704,52		R\$ 53.137,15	R\$ 43.217,07

Tabela 19: Valores médios

Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

*N/A – Não se aplica

9.8. Gasto Mensal com Locação Veicular 2021/2022/2023

Mês	Gasto com Locação Veicular em 2021
01/2021	R\$ 2.227,40
02/2021	R\$ 2.227,40
03/2021	R\$ 2.227,40
04/2021	R\$ 2.227,40
05/2021	R\$ 2.227,40
06/2021	R\$ 2.227,40
07/2021	R\$ 2.440,86
08/2021	R\$ 2.440,86
09/2021	R\$ 2.440,86



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 98814-1163 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

10/2021	R\$ 2.440,86
11/2021	R\$ 2.440,86
12/2021	R\$ 2.440,86
Total	R\$ 26.809,56
Média Mensal	R\$ 2.234,13

Tabela 20: Valores 2021

Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

Mês	Gasto com Locação Veicular em 2022
01/2022	R\$ 2.440,86
02/2022	R\$ 2.440,86
03/2022	R\$ 2.440,86
04/2022	R\$ 2.458,74
05/2022	R\$ 2.440,86
06/2022	R\$ 5.925,15
07/2022	R\$ 2.440,86
08/2022	R\$ -
09/2022	R\$ 9.013,44
10/2022	R\$ 3.004,48
11/2022	R\$ 2.720,56
12/2022	R\$ 14.377,85
Total	R\$ 49.704,52
Média Mensal	R\$ 4.142,04

Tabela 21: Valores 2022

Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

Mês	Gasto com Locação Veicular em 2023
01/2023	R\$ -
02/2023	R\$ 4.715,72
03/2023	R\$ 4.976,75
04/2023	R\$ 4.790,37
05/2023	R\$ 5.163,13
06/2023	R\$ -
07/2023	R\$ 1.921,63
08/2023	R\$ 12.625,22
09/2023	R\$ 4.149,32
10/2023	R\$ 4.896,48
11/2023	R\$ 5.049,48
12/2023	R\$ 4.848,95
Total	R\$ 53.137,15
Média Mensal	R\$ 4.428,09

Tabela 22: Valores 2023

Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

Contudo, não se tem valores médios para os itens 2 e 3 a serem contratados tendo por parâmetro base as contratações anteriores, haja vista que não se havia o serviço de locação de Vans com motorista em formato de diárias, como também de veículos leves sem motoristas na modalidade de diárias para o Conselho Regional de Odontologia do Ceará, comportando sua Sede e demais Delegacias Regionais.

9.9. Estimativa de Custo para Nova Contratação

Para chegarmos ao valor de referência para a contratação, foram considerados os valores de medianas



unitárias obtidos nas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas e pela plataforma Portal de Preços, como detalhada nos itens 9.4.2; 9.5.2 e 9.6.2, e os valores médios obtidos da pesquisa direta com fornecedores, detalhado nas tabelas 07, 12 e 17 deste estudo técnico preliminar.

Após feito o cálculo de média simples entre os indicadores foi obtido o Valor Médio Unitário, que multiplicado pelas quantidades de cada serviço e pela quantidade de 12 meses que é o período de vigência da contratação, obteve-se o Valor Global da contratação.

LOCAÇÃO VEICULAR TIPO SUV NA MODALIDADE MENSAL.					
Itens N°	Descrição geral	Und	Qnt	Valor Médio Unit. Por carro	Valor Estimado Total
1	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locação de 06 veículos categoria SUV; - Veículo com até mil quilômetros rodados; - Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; - Com revisões e seguro total pagos pela locadora; - Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; - Combustível flex ou Diesel; - Direção hidráulica ou elétrica; - Travas e vidros elétricos para todas as portas; - Alarme de segurança; - Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; - Banco com revestimento em couro sintético; - Ar condicionado (podendo ser digital ou não); - Volante com regulagem; - Faróis de neblina; - Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); - Motor 1.2 (com 150 cv de potência); - Sensores de estacionamento e câmera de ré; - Desembaçador de vidro; - Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; - Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira; 	Mês	12	R\$ 7.720,00	R\$ 555.840,00
2	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para aluguel em diária; - Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; - Com capacidade mínima de 16(dezesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados 	Diária	400	R\$ 1.375,00	R\$ 550.000,00
3	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para aluguel em diária; - Veículo SEM motorista; - Veículo com até mil quilômetros rodados; - Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; 	Diária	400	R\$ 650,00	



<ul style="list-style-type: none"> -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência); -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira; 				R\$ 260.000,00
Total Geral Estimado				R\$ 1.365.840,00

Tabela 23: Valor estimado para a contratação.

10. Justificativa.

Atentando para o objeto a ser contratado, justifica-se por ser considerada os serviços de locação veicular; essencial e imprescindível para o bom funcionamento do Conselho Regional de Odontologia do Ceará. Do ponto de vista funcional e de eficiência técnica, faz-se necessário sua contratação para que se possibilite a continuidade das demandas de responsabilidade do ente público acima referido em decorrências de fiscalizações e todo o Estado. Visando o meio administrativo, o transporte de diretores para plenárias, demais solenidades e encontros onde se fazem necessário a presença dos diretores do CRO-CE, como também serviços outros de competência desta instituição são igualmente necessários. Justifica-se esta modalidade de contratação, tendo em vista a redução de custos em decorrência de reparação mecânica preventiva e corretiva necessária ao bom uso dos veículos, de compra de pneus, do pagamento de taxas de IPVA e de seguro veicular. Sabedores de que os veículos também fazem fiscalização em cidades de difícil acesso e com isso necessitando que estejam sempre em condições plena de uso para garantir a eficiência e continuidade do serviço para benefício da sociedade cearense.

Em decorrência aos itens que abrangem diárias, justifica-se a contratação em virtude de que em solenidades e eventos de realização do CRO-CE, os mesmos veículos que fazem as fiscalizações também são usados para traslado de autoridades de classe. Quando estes encontram-se em diligências, outro automóvel se faz necessário para realizar as várias viagens para suprir a necessidade de traslado de autoridades competentes aos atos solenes. Além do fato citado, também potencializa um alto consumo de combustível, como também de desgaste pessoal aos motoristas, atenuando assim colisões de trânsito trazendo transtornos ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará.

Considerando que, as justificativas supracitadas corroboram para uma eficácia considerável em relação a locação veicular seja ela mensal ou dos itens no formato de locação diária. Podemos averiguar que a aquisição do bem que sofre com depreciação anual, que necessita de forma contínua de reparos mecânicos, além de insumos para seu bom funcionamento, que apresentando algum defeito este ficaria inutilizado, sendo



necessário a locação de carros para substituição temporária dos mesmos para serem utilizados na fiscalização, além de taxas e outros impostos adjudicados ao mesmo, traria altos custos de manutenção para sua plena utilização. Por isso um contrato firmado com empresas para manutenção e continuidade do serviço.

Em se tratando de um objeto de impacto direto nos serviços essenciais do CRO-CE, faz-se necessário que a entrega dos objetos requeridos seja em no máximo 15 (quinze) dias corridos, conforme a categoria e classificação do veículo, após homologação do vencedor do certame.

11. Necessidade De Adequação Do Ambiente Do Órgão Para Atender À Solução

Não identificamos necessidade de adequações do ambiente para as soluções contidas nesta ETP, uma vez que todas as soluções se encontram em pleno funcionamento.

12. Resultados e Benefícios pretendidos

12.1 Resultados

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

	Resultados pretendidos
1	Promover o pleno funcionamento da fiscalização em todo o território do Estado de forma contínua pelo Conselho Regional de Odontologia do Ceará;
2	Disponibilizar um quantitativo de veículos suficiente para traslado de autoridades e diretorias dos conselhos federais e estaduais de odontologia de forma segura, ágil e reduzindo transtornos de trânsito por consequência de várias viagens para o mesmo fim;
3	Reduzir os custos gerais por meio de locação veicular, gerando economicidade e razoabilidade ao ente público;
4	Substituição dos veículos em casos de manutenção mecânica e de outras avarias, permitindo a continuidade dos serviços essenciais ao CRO-CE em todo o Estado;

Tabela 24: Resultados Almejados.

12.2. Benefícios

- 1. Redução de custos:** pois permite uma economia substancial tendo em vista que insumos, reparação mecânica, taxas e gastos com seguro não mais serão mais de responsabilidade do CRO-CE, sendo estes custos integralizados e de competência das agências locadoras de veículos.
- 2. Serviços ininterruptos:** como todos os veículos serão locados, e caso haja algum problema técnico com o mesmo, o veículo é substituído. Desta forma a continuidade dos serviços do CRO-CE como a fiscalização, terão continuidade ininterrupta na execução de suas demandas.

13. TRATAMENTO DE RISCO

13.1. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

ID	RISCO 01
----	----------



R 01	Risco	JUSTIFICATIVA INSUFICIENTE DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Insignificante
	Dano 01	Contratação sem necessidade, com excesso ou falta.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Verificação criteriosa dos requisitos da aquisição;	Setor Requisitante do CRO-CE
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Verificação do erro cometido no processo de justificação do processo;	Equipe de planejamento CRO-CE
2	Melhora das justificativas em documentos subsequentes do fluxo de planejamento de compras;	Equipe de planejamento CRO-CE
3	Melhora do método de comunicação entre a equipe de planejamento e o setor especialista por meio de padrões definidos;	Equipe de planejamento CRO-CE

Tabela 25: Risco 01

ID	RISCO 02	
R 02	Risco	ATRASSO NO PROCEDIMENTO FORMAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Baixo
	Dano 01	Atraso no início da prestação do serviço.
	Dano 02	Aumento do tempo da licitação
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Verificação criteriosa dos prazos e cobrança antecipada dos responsáveis pelas tarefas do fluxo do processo de compras.	Equipe de Planejamento de Contratos ; Equipe de Compras e Licitação do CRO-CE
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Verificar a pendência e responsáveis, retomar ou recomeçar o processo licitatório o mais rápido possível.	Equipe de Planejamento de Contratos e Equipe de Compras e Licitação do CRO-CE

Tabela 26: Risco 02



RISCO 03		
	Risco	INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS;
R03	Probabilidade	Muito Baixa
	Impacto	Pequeno
	Dano 01	Atraso do processo de contratação
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Cumprimento à risca dos elementos formais do processo Licitatório; Verificar se há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente. Este orçamento deve ter sido previsto no primeiro quadrimestre do exercício anterior, no momento da elaboração da proposta orçamentária de telefonia, que posteriormente compôs a proposta orçamentária do órgão; ¹	Equipe de Licitação e planejamento
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Em caso de cancelamento total do Processo Licitatório, elaborar outro processo de compra o mais rápido possível;	Equipe de planejamento

¹ Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação, TCU.

Tabela 27: Risco 03

ID	RISCO 04	
	Risco	ATRASSO NO INÍCIO DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO PELA EMPRESA
R 04	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Insignificante
	Dano 01	Uso do sistema sem conformidade legal
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Elaborar e usar um documento oficial para comunicação;	Equipe de planejamento e Gerência do CRO-CE
ID	Ação de Contingência	Responsável



1	Cobrar os responsáveis, aplicar as penalidades referentes ao atraso ;	Gestão de Contratos
---	---	---------------------

Tabela 28: Risco 04

ID	RISCO 05	
R 05	Risco	NÃO HAVER CONTRATAÇÃO EM FUNÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE EMPRESAS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS
	Probabilidade	Muito Baixa
	Impacto	Insignificante
	Dano 01	Atraso na entregas das licenças
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Elaborar um processo de licitação com objeto bem planejado	Equipe de planejamento e Gerência do CRO-CE
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Fazer um novo processo licitatório	Gerência CRO- CE e Setor de Licitação

Tabela 29: Risco 05

ID	RISCO 06	
R06	Risco	IMPOSSIBILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA DE REALIZAR O SERVIÇO NA QUANTIDADE, QUALIDADE E PRAZOS ESTABELECIDOS;
	Probabilidade	Muito Baixa
	Impacto	Insignificante
	Dano 01	Não entrega das licenças
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, que deve ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato, de modo que os elementos básicos do contrato fiquem claros para ambas as partes, especialmente a prazos e modo de execução.	Gerência e Gestão de Contratos do CRO-CE



ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Em caso de atraso, procurar representantes das empresas para as devidas providências, em caso de não retorno, aplicar as sanções cabíveis. Ao mesmo tempo, realizar reuniões com o corpo técnico para que procurem medidas técnicas para controle de riscos técnicos inerentes à execução do sistema por outro meio.	Equipe de planejamento

Tabela 30: Risco 06

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com o propósito de cumprir as normas do TCU, para fins de registro e consequente análise, tem-se abaixo o check list elencado pelo TCU² para as devidas conclusões do presente trabalho:

PONTOS RELEVANTES	SITUAÇÃO
1) há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente. Este orçamento deve ter sido previsto no primeiro quadrimestre do exercício anterior, no momento da elaboração da proposta orçamentária de locação veicular, que posteriormente compôs a proposta orçamentária do órgão;	SIM
2) no caso de contratação que possa se estender por vários exercícios, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios (e.g. serviços contínuos). Exemplos (incorporação de novas funcionalidades);	SIM
3) a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;	SIM
4) o alinhamento da contratação com os planos do órgão público está devidamente demonstrado;	SIM
5) todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive, o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão;	SIM
6) as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;	SIM
7) a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade desta autarquia;	SIM
8) a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;	SIM
9) as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas corretivas e preventivas após a implantação da solução são de atribuição da contratada	SIM, está incluída no valor total do serviço.



10) a solução de locação veicular com os resultados pretendidos atendem à necessidade da contratação;	SIM
11) há justificativas para o pagamento das soluções de forma mensal, se for o caso;	SIM
12) os resultados pretendidos com as contratações foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (e.g. diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação;	SIM
13) os impactos esperados com a implantação e operação das soluções foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas relativas ao impacto ambiental das soluções e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato (e.g. gestor do contrato, fiscalizador e comissão de recebimento), na área de locação veicular;	SIM
14) os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados;	SIM
15) a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável;	SIM
16) há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares) e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência ou do projeto básico e apoiará o esforço de gestão do contrato (e.g. mediante participação no recebimento dos produtos e serviços entregues, na perspectiva do negócio).	SIM

Tabela 31: Pontos Relevantes

² Guia de boas contratação de soluções de tecnologia da informação - Riscos e controles para o planejamento da contratação. TCU, 2012.

15. CONCLUSÃO

À luz do exposto, as soluções são viáveis para suprir as demandas existentes do CRO-CE, tanto na sede como nas demais delegacias regionais, e assim realizar com eficiência as competências referidas ao agente público de forma a possibilitar a continuidade dos serviços essenciais.

Ainda, as respostas referentes ao checklist acima foram positivas e sem nenhuma observação contrária, levando em consideração que o tipo de contratação é por meio de SRP (Sistema de Registro de Preços), o que viabiliza ao órgão público “O registro de preços que tem por escopo tornar apta diversas contratações concomitantes ou sucessivas, sem que seja necessário realizar um procedimento unitário para cada item, trazendo mais agilidade para a contratação, como também evitar a formação de estoque, o que não é algo vantajoso para a administração pública”.

Deste modo, faz-se necessário a observação do Art. 82, inciso I e II da Lei nº 14.133/2021, onde



relatam que “as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida; e a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, sendo esta solução contratual dentro dos princípios da razoabilidade e economicidade a mais assertiva para o órgão público.

Também, considerando que o presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, como também aos benefícios pretendidos, e considerando que os riscos envolvidos são mínimos e administráveis, entende-se que deva ser feita a nova contratação.

Samila Sousa da Silva
Chefe do Setor Financeiro

LINDONEUDO LAZARO DE OLIVEIRA
Coordenador do Setor de Manutenção e Gestão de
Frota



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

O Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE, constitui objeto deste termo a Contratação de serviço de locação de veículos (com e sem motorista, e sem combustível), com quilometragem livre, com duração mensal para até 12 (doze) meses consecutivos, ou para uso eventual (diário ou semanal), em se tratando da Van o objeto inclui o motorista, com troca de veículo sem custos adicionais e de forma imediata em caso de quebra/falha mecânica/acidente, para uso do setor de fiscalização e/ou diretoria e para outras demandas de interesse deste Regional para ser usado em qualquer uma de suas sedes, para atender as demandas deste Conselho conforme regulamentação do CONTRAN.

1. DO OBJETO

1.1. Locação Veicular. Descritivo dos serviços veiculares para o CRO-CE.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT
01	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locação de 06 veículos categoria SUV; -Para aluguel mensal (com duração de 12 meses); -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Combustível flex ou Diesel; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Banco com revestimento em couro sintético; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira 	Mês	12
02	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, com quilometragem livre e deverá ser 	Diária	400



	dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados.		
03	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação brasileira; 	Diária	400

Tabela 1: Especificação dos itens a serem contratados

Estas quantidades servem de subsídio às licitantes para formulação de suas propostas. No entanto, isto constitui o compromisso ou obrigação para com a contratada em função de atingir as especificações apresentadas.

1.2. Planilha com respectivos códigos

CATSER	Descrição
643	SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
3239	TRANSPORTE RODOVIÁRIO – PESSOAL POR AUTOMÓVEIS
4014	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS

Tabela 02: CATSER Locação Veicular

O catálogo de serviços (CATSER), que são as bases de dados que identificam todos os serviços licitados contratados pela administração pública supracitados, são basilares para todas as localidades referidas no ETP e que compõe os itens especificados.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE.

Atentando para o objeto a ser contratado, justifica-se por ser considerada os serviços de locação veicular; essencial e imprescindível para o bom funcionamento do Conselho Regional de Odontologia do Ceará. Do ponto de vista funcional e de eficiência técnica, faz-se necessário sua contratação para que se possibilite a continuidade das demandas de responsabilidade do ente público acima referido em decorrências de fiscalizações e todo o Estado. Visando o meio administrativo, o transporte de diretores para plenárias, demais solenidades e encontros onde se fazem necessário a presença dos diretores do CRO-CE, como



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

também serviços outros de competência desta instituição são igualmente necessários. Justifica-se esta modalidade de contratação, tendo em vista a redução de custos em decorrência de reparação mecânica preventiva e corretiva necessária ao bom uso dos veículos, de compra de pneus, do pagamento de taxas de IPVA e de seguro veicular. Sabedores de que os veículos também fazem fiscalização em cidades de difícil acesso e com isso necessitando que estejam sempre em condições plena de uso para garantir a eficiência e continuidade do serviço para benefício da sociedade cearense.

Em decorrência aos itens que abrangem diárias, justifica-se a contratação em virtude de que em solenidades e eventos de realização do CRO-CE, os mesmos veículos que fazem as fiscalizações também são usados para traslado de autoridades de classe. Quando estes encontram-se em diligências, outro automóvel se faz necessário para realizar as várias viagens para suprir a necessidade de traslado de autoridades competentes aos atos solenes. Além do fato citado, também potencializa um alto consumo de combustível, como também de desgaste pessoal aos motoristas, atenuando assim colisões de trânsito trazendo transtornos ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará.

Considerando que, as justificativas supracitadas corroboram para uma eficácia considerável em relação a locação veicular seja ela mensal ou dos itens no formato de locação diária. Podemos averiguar que a aquisição do bem que sofre com depreciação anual, que necessita de forma contínua de reparos mecânicos, além de insumos para seu bom funcionamento, que apresentando algum defeito este ficaria inutilizado, sendo necessário a locação de carros para substituição temporária dos mesmos para serem utilizados na fiscalização, além de taxas e outros impostos adjudicados ao mesmo, traria altos custos de manutenção para sua plena utilização. Por isso um contrato firmado com empresas para manutenção e continuidade do serviço.

Em se tratando de um objeto de impacto direto nos serviços essenciais do CRO-CE, faz-se necessário que a entrega dos objetos requeridos seja em no máximo 7 dias corridos após homologação do vencedor do certame.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.

3.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por item.

3.2. Os serviços a serem prestados são de **natureza continuada**, mensal e/ou por demanda, e será prestado no Estado do Ceará;

3.3. A Contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ter, ainda, um representante constituído por pessoa física (preposto), para atendimento ao CRO-CE, na capital ou interior do Estado, que deverá atuar de forma conjunta ao servidor da Administração incumbido de atuar como Coordenador de Transporte Terrestre;

3.4. Os serviços a serem fornecidos conforme **Estudo Técnico Preliminar**, deverão ser fornecidos na sede CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, e deverão ser realizados no horário comercial da Autarquia, ou quando requerido pelo mesmo à localidade destinada;

3.5. Para a locação veicular conforme as **Soluções II e III do Estudo Técnico Preliminar**, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE com antecedência de 72 horas, sobre a data, horário e quantidade de veículo para a realização do serviço;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

3.5.1. Para a **Solução II do Estudo Técnico Preliminar**, conforme descrito no detalhamento do objeto, deverá conter a presença de um motorista com habilitação (CNH) com a categoria D para transporte de pessoas em automóveis com mais de 8 ocupantes;

3.5.2. Para a **Solução II e III** poderá ser requisitado mais de 1 (um) veículo conforme necessidade do CRO-CE, e contido no **Estudo Técnico Preliminar**;

3.5.3. A contratada deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pela Coordenação de Transporte Terrestre, nas quantidades solicitadas, independentemente do local de onde tenha que trazê-los;

3.5.4. Apresentar, juntamente com a proposta, declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de 06 (seis) horas os veículos, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital do Estado e fora da região metropolitana, nos locais indicados pela Contratante;

3.6. Todos os veículos, cujas **propriedades deverão ser comprovadas**, deverão estar em nome da empresa adjudicatária. Poderão ser aceitos veículos vinculados a empresas de LEASING, desde que conste na observação do respectivo documento o arrendamento à empresa licitante vencedora, sob pena de decair o direito à contratação e serem convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Para efeito da comprovação de que trata este item, a adjudicatária deverá proceder à **apresentação dos originais** dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV- emitidos pelo Órgão de Trânsito;

3.7. Caso a licitante vencedora não disponha em sua frota dos veículos especificados na tabela acima", a empresa deverá apresentar declaração, para os itens de 2 e 3, de que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações que constam no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência;

3.8. A Contratada deverá providenciar a imediata substituição dos veículos que apresentarem defeito, que estiverem fora das especificações exigidas ou que não tenham sido aprovados em avaliação prévia do Coordenador de Transporte Terrestre, bem como os que estejam em mau estado de conservação e, também, em caso de furto ou roubo.

3.9. A Contratada se **responsabilizará totalmente** quanto aos veículos sublocados, inclusive no que tange ao seguro dos mesmos.

4. CONDIÇÕES DO PAGAMENTO.

a) O pagamento será feito pelo CRO-CE, creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária/depósito em conta/boleto/fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.

b) O pagamento das locações veiculares do tipo SUV serão realizados mensalmente de acordo com o ETP e desta TR, com pagamento a ser realizado no mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

c) O pagamento dos das locações veiculares de Van e/ou Sedan Compacto serão realizados de acordo com sua requisição e utilização dos mesmos no mês de referência conforme ETP e TR, com pagamento realizado no mês subsequente;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

d) A fatura enviada ao CONTRATANTE pela CONTRATADA, dar-se-á contados por 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

e) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

f) O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

g) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

h) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

i) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

j) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

k) Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

l) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

m) É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.



5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

5.1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o de Menor Preço Global, conforme as condições previstas neste instrumento e no futuro edital.

5.2. As estimativas de preços serão indicadas quando da realização da pesquisa de mercado, em atendimento às condições e metodologias indicadas na IN 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.3. O custo estimado da contratação deverá ser indicado no edital.

5.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3. Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste ETP;

6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.9. Custear a despesa com o combustível consumido em missões, atendimentos isolados e nos deslocamentos terrestres, observando sempre para a utilização daquele combustível que seja mais vantajoso para a Administração Pública;

6.10. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos Vans (Item 2 do objeto de



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado na capital ou região metropolitana, indicando o local da apresentação dos veículos e motoristas;

6.11. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos Sedan Compacto (Item 3 do objeto de contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital e fora da região metropolitana, indicando o local da apresentação;

6.12. Responsabilizar-se pela guarda diária dos veículos locados de forma mensal (Item 1 do objeto de contratação) utilizados pelo CRO-CE;

6.13. Exigir da Contratada, no momento da apresentação dos veículos, toda a sua documentação, visando constatar o tempo de uso, o pagamento de taxas e impostos, e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);

6.14. Fiscalizar a realização dos serviços por meio do gestor titular e/ou seu substituto, que verificará a fiel observância das disposições do Contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes, encaminhando-as, imediatamente a Contratada para a pronta correção das irregularidades constatadas;

6.15. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;

6.16. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;

6.18. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;

6.19. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;

6.20. A empresa prestadora de serviço deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

6.21. A Administração pública poderá celebrar contrato de até 05 (cinco) anos para serviços e fornecimentos contínuos conforme o Art. 106 da Lei nº 14.133;

6.22. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme o Art. 107 da Lei nº 14.133;

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

7.1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor – Item 2 do objeto deste ETP;

7.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.9. Fornecer a substituição dos veículos conforme estabelecido no Termo de Referência e Minuta de Contrato, conforme este estudo técnico preliminar;

7.10. Efetuar manutenções preventivas e/ou corretivas nos veículos objeto deste estudo técnico preliminar;

7.11. Disponibilizar, quando solicitado, mais de 1 (uma) unidade de veículo por dia conforme necessidade por parte do CONTRATANTE para os Itens 2 e 3 do objeto deste ETP;

7.12. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na realização do serviço;

7.13. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção dos veículos do CONTRATANTE constante no Item 1;

7.14. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados;

7.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

7.16. Quando ocorrer defeito nos veículos referidos ao Item 1 que exija mais tempo, deverá ser negociado com o CONTRATANTE o prazo para entrega de veículo reserva feito por escrito mediante e-mail institucional do CRO-CE;

7.17. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até setenta e duas horas, a contar da notificação;

7.18. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

7.19. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.20. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.21. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;

7.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/21;

7.23. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;

7.24. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.25. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

7.26. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

7.27. O serviço de locação de veículos SUV mensais, ou quando ocorrer necessidade de locação de Vans ou Sedan Compacto, terá prazo de vigência de 12 meses, sendo possível a aditativação do mesmo mediante contrato assinado por ambas as partes;



7.28. Cabe à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;

7.29. Os veículos referidos ao Item 1 deste ETP, deverão ser entregues ao CRO-CE com as especificações requeridas no prazo máximo de 15 dias após a homologação do vencedor do certame.

7.30. Arcar com todas as despesas necessárias com a manutenção do veículo, incluindo manutenção, seguros, peças, pneus e todos os custos necessários para a prestação dos serviços.

8. PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

8.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do respectivo termo contratual, prorrogável a critério do CRO-CE, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos artigos 107 e 108 da Lei 14.133/2021.

9. VALOR ESTIMADO.

Para chegarmos ao valor de referência, foram considerados para composição do valor estimado as medianas unitárias obtidas por meio de pesquisas em plataformas de contratação públicas e valores médios obtidos por pesquisa direta com fornecedores, conforme estudo técnico preliminar.

Após feito o cálculo de média simples entre os dois indicadores foi obtido o Valor Médio Unitário com detalhamento das locações veiculares para utilização do CRO-CE, como também o valor estimado geral do serviço a serem executados ao longo do ano que é o período de vigência da contratação, obtendo assim o valor global da contratação.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS DO CRO-CE						
Nº	Itens	Und	Qnt	Valor Unitário por Veículo	Valor Unit.*	Valor Total
1	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Locação de 06 veículos categoria SUV; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Combustível flex ou Diesel; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Banco com revestimento em couro sintético; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; 	Mês	12	R\$ 7.720,00	R\$ 46.320,00	R\$ 555.840,00



	<p>-Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência); -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação;</p>				
2	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo: -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16(dezesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, empresa deverá ter cadastro na AGER e ANTT, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados</p>	Diária	400	R\$ 1.375,00	R\$ 550.000,00
3	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo: -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência); -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por</p>	Diária	400	R\$ 650,00	R\$ 260.000,00



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

	legislação;				
Total Geral Estimado					R\$ 1.365.840,00

*Resultado do total de veículos multiplicado pelo valor unitário por veículo.

** Resultado do valor unitário multiplicado pela quantidade anual prevista (12 meses).

10. DA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.1. Sem prejuízo dos documentos de habilitação elencados no edital, e durante a fase de habilitação, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados (ou declaração) de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos ao objeto deste Termo de Referência.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;

- a) Multa de:

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não- aceitação do objeto, de forma a



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato;
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de ilícito penal.

11.3 As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

a. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar e/ou solicitar esclarecimentos sobre os termos deste Edital.

b. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica no campo específico da plataforma www.licitamaisbrasil.com.br.

c. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

d. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

e. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro,



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço da plataforma www.licitamaisbrasil.com.br O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

f. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS.

a. Este Termo de Referência regula-se pela Lei nº 14.133/21, cláusulas e preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, principalmente as do Código de Defesa do Consumidor.

b. Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e/ou serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste contrato.

c. CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

a. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas nas Notas de Pré-Empenho, sob a Rubrica 6.2.2.1.1.01.04.05.002 – Locação de veículos (taxi-van).

15. APROVAÇÃO DO TR PELA PRESIDÊNCIA.

De acordo.

Fortaleza/CE, 04 de Abril de 2024

Gládyo Gonçalves Vidal
Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA	
NÚMERO DO PREGÃO:	
OBJETO:	
ITENS/LOTES:	

Item	Especificação	Marca	Unid.	Qtde.	Valor Unit	Valor Total

Valor total do item (em R\$):
Prazo de Entrega:
Prazo de validade da Proposta (em dias, conforme estabelecido em edital):
Declaração de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referentes a tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação, inclusive a margem de lucro.
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Data:



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR),

- a) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;
- b) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- c) Declaro que não recebi da administração direta ou indireta ou de qualquer outra entidade, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração pública, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, autarquias, estadual e municipal;
- d) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estarem enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- e) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), _____ de _____ 20____.

DECLARANTE



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA _____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO-CE E A EMPRESA -----

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada _____, neste ato representada por seu Presidente, Sr. _____, portador no RG sob o nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na cidade de _____, na Av/Rua _____, neste ato representada pelo seu (Procurador/Sócio/Gerente), Sr. (a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela _____, em conformidade com a documentação constante do **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO** Nº _____ doravante denominada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, este contrato em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO** _____, sob o regime de empreitada por preço unitário, e que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelas demais normas estabelecidas pelo CONTRAN e, no que couber, assim como as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a _____ de acordo com as especificações seguirão o que se propõe no detalhamento abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT
01	Veículo com características mínimas conforme abaixo: - Locação de 06 veículos categoria SUV; - Para aluguel mensal (com duração de 12 meses); - Veículo SEM motorista; - Veículo com até mil quilômetros rodados; - Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; - Com revisões e seguro total pagos pela locadora; - Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; - Combustível flex ou Diesel; - Direção hidráulica ou elétrica; - Travas e vidros elétricos para todas as portas; - Alarme de segurança; - Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; - Banco com revestimento em couro sintético; - Ar condicionado (podendo ser digital ou não); - Volante com regulagem; - Faróis de neblina; - Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão	Mês	12



	<ul style="list-style-type: none"> bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência); -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação 		
02	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, empresa deverá ter cadastro na AGER e ANTT, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados. 	Diária	400
03	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência); -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação; 	Diária	400

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico PE Nº 001/2024 – SRP**, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

2.1. Os serviços de locação serão solicitados após a homologação do certame, sendo o prazo para entrega dos mesmos, depois de enviada a respectiva ordem de compras, deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias corridos para o objeto do item 1 e de no máximo de 15 (quinze) dias corridos para os demais itens.

2.2. Os veículos, objeto desta minuta de contrato deverão ser entregues na sede CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, e deverão ser realizados no horário



comercial da Autarquia.

2.2.1. A Contratada deverá comunicar o CRO-CE com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para entrega dos veículos.

2.3. Os objetos do contrato serão recebidos conforme solicitação, na seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato do recebimento do bem/serviço;

b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

2.4. Os veículos cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do termo de referência deverão ser recusados pelo responsável da execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses conforme fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (sessenta) meses, conforme preconiza o art. 107 e 108, da Lei nº 14.133 de 2021, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.1. Seja juntado informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do serviço;

3.1.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.1.5. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de fornecimento de menor preço por item.

4.2. Os serviços a serem prestados são de **natureza continuada**, mensal e/ou por demanda diária, e será prestado no Estado do Ceará;

4.3. Os itens objeto deste contrato serão entregues em perfeita condição de uso e de execução para os serviços, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.

4.4. Os objetos serão solicitados após a homologação do certame, sendo o prazo para entrega dos mesmos, depois de enviada a respectiva ordem de compras, deverá ser:

a) no máximo 30 (trinta) dias corridos para objeto do Item 1 e de no máximo 15 (quinze) dias corridos para os demais itens;

b) 72 horas a partir da solicitação do CONTRATANTE.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

4.5. Os serviços, deverão ser fornecidos na sede CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, e deverão ser realizados no horário comercial da Autarquia, ou quando requerido pelo mesmo à localidade destinada;

4.6. Para a locação veicular conforme as **Soluções II e III do Estudo Técnico Preliminar**, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE com antecedência de 72 horas, sobre a data, horário e quantidade de veículo para a realização do serviço;

4.6.1. Para a **Solução II do Estudo Técnico Preliminar**, conforme descrito no detalhamento do objeto, deverá conter a presença de um motorista com habilitação (CNH) com a categoria D para transporte de pessoas em automóveis com mais de 8 ocupantes;

4.6.2. Para a **Solução II e III** poderá ser requisitado mais de 1 (um) veículo conforme necessidade do CRO-CE, e contido no **Estudo Técnico Preliminar**;

4.6.3. A contratada deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais pré-estabelecidos pela Coordenação de Transporte Terrestre, nas quantidades solicitadas, independentemente do local de onde tenha que trazê-los;

4.6.4. Apresentar, juntamente com a proposta, declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo de 06 (seis) horas os veículos, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital do Estado e fora da região metropolitana, nos locais indicados pela Contratante;

4.7. Todos os veículos, cujas **propriedades deverão ser comprovadas**, deverão estar em nome da empresa adjudicatária. Poderão ser aceitos veículos vinculados a empresas de LEASING, desde que conste na observação do respectivo documento o arrendamento à empresa licitante vencedora, sob pena de decair o direito à contratação e serem convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Para efeito da comprovação de que trata este item, a adjudicatária deverá proceder à **apresentação dos originais** dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV- emitidos pelo Órgão de Trânsito;

4.8. Os itens cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do termo de referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao responsável, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

4.9. Caso a licitante vencedora não disponha em sua frota dos veículos especificados na tabela acima", a empresa deverá apresentar declaração, para os itens de 2 e 3, de que tem condições de sublocar e disponibilizar os veículos no local indicado pela contratante, seja na capital ou no interior, nas mesmas especificações que constam no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência;

4.10. A Contratada deverá providenciar a imediata substituição dos veículos que apresentarem defeito, que estiverem fora das especificações exigidas ou que não tenham sido aprovados em avaliação prévia do Coordenador de Transporte Terrestre, bem como os que estejam em mau estado de conservação e, também, em caso de furto ou roubo.

4.11. A Contratada se **responsabilizará totalmente** quanto aos veículos sublocados, inclusive



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
 Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

no que tange ao seguro dos mesmos.

4.12. Os itens, objeto deste pregão, serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.

4.13. A Contratada deverá ter um preposto formalmente designado antes do início da prestação dos serviços. Deverá ter, ainda, um representante constituído por pessoa física (preposto), para atendimento ao CRO-CE, na capital ou interior do Estado, que deverá atuar de forma conjunta ao servidor da Administração incumbido de atuar como Coordenador de Transporte Terrestre;

4.14. A CONTRATANTE designa o Sr., como gestor e responsável pelo presente contrato, a qual será a responsável para o acompanhamento do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total anual de R\$ (), conforme tabela abaixo:

Nº	Itens	Unid	Quant	Valor Unitário por Veículo	Valor Unit.*	Valor Total*
1	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo: - Locação de 06 veículos categoria SUV; -Para aluguel mensal (com duração de 12 meses); -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Combustível flex ou Diesel; -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Banco com revestimento em couro</p>	Mês	12	R\$ ---- -	R\$ ----	



	<p>sintético; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação</p>				
2	<p>Veículo para transporte de pessoas conforme características mínimas conforme abaixo: -Para aluguel em diária; -Veículo tipo Van de passageiros COM motorista; -Com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) lugares, sendo 15(quinze) passageiros e 01(um) motorista; - Veículo com até três mil quilômetros rodados; - Motor 2.0, Combustível Diesel, transmissão automática ou Manual, sistema de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS, Banco do Motorista com Ajuste, com quilometragem livre e deverá ser dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, bem como, dos equipamentos de série não especificados.</p>	Diária	4 0 0	R\$ ----	R\$ -- ---
3	<p>Veículo com características mínimas conforme abaixo: -Para aluguel em diária; -Veículo SEM motorista; -Veículo com até mil quilômetros rodados; -Veículo com fabricação em 2023 ou mais recente; -Com revisões e seguro total pagos pela locadora; -Com seguro para os ocupantes com apólice para acidentes e falecimento; -Categoria SEDAN COMPACTO; -Combustível flex;</p>	Diária	4 0 0	R\$ ----	R\$ ---- -



<ul style="list-style-type: none"> -Direção hidráulica ou elétrica; -Travas e vidros elétricos para todas as portas; -Alarme de segurança; -Com 5 (cinco) lugares e 4 (quatro) portas; -Ar condicionado (podendo ser digital ou não); -Volante com regulagem; -Faróis de neblina; -Multimídia completa (GPS, rádio, entradas USB, conexão bluetooth, mp3); -Motor 1.2 (com 150 cv de potência) mínima; -Sensores de estacionamento e câmera de ré; -Desembaçador de vidro; -Limpador de para-brisas para os vidros dianteiros e traseiros; -Com sistema de airbags exigidos por legislação; 				
Total Geral Estimado			R\$ ----	

*Resultado do total de veículos multiplicado pelo valor unitário por veículo.

** Resultado do valor unitário multiplicado pela quantidade anual prevista (12 meses).

5.2. Por se tratar de estimativas de consumo, os valores mensal e anual não constituem, em hipótese alguma, compromissos futuros para a CONTRATANTE, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantitativos para pagamento mínimo, cabendo o pagamento apenas ao que for efetivamente utilizado conforme contratação dos serviços contidos no Termo de Referência.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito pelo CRO-CE, creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária/depósito em conta/boleto/fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.

6.2. O pagamento das locações veiculares do tipo SUV serão realizados mensalmente de acordo com o ETP e desta TR, com pagamento a ser realizado no mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

6.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de



2018.

6.4. O pagamento dos das locações veiculares de Van e/ou Sedan Compacto serão realizados de acordo com sua requisição e utilização dos mesmos no mês de referência conforme ETP e TR, com pagamento realizado no mês subsequente;

6.5. A fatura enviada ao CONTRATANTE pela CONTRATADA, dar-se-á contados por 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

6.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na Legislação aplicável.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

6.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste ETP;

7.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.9. Custear a despesa com o combustível consumido em missões, atendimentos isolados e nos deslocamentos terrestres, observando sempre para a utilização daquele combustível que seja mais vantajoso para a Administração Pública;

7.10. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos Vans (Item 2 do objeto de contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado na capital ou região metropolitana, indicando o local da apresentação dos veículos e motoristas;

7.11. Solicitar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, os veículos Sedan Compacto (Item 3 do objeto de contratação) a serem disponibilizados para o serviço, no caso de evento realizado em municípios distantes da capital e fora da região metropolitana, indicando o local da apresentação;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

7.12. Responsabilizar-se pela guarda diária dos veículos locados de forma mensal (Item 1 do objeto de contratação) utilizados pelo CRO-CE;

7.13. Exigir da Contratada, no momento da apresentação dos veículos, toda a sua documentação, visando constatar o tempo de uso, o pagamento de taxas e impostos, e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);

7.14. Fiscalizar a realização dos serviços por meio do gestor titular e/ou seu substituto, que verificará a fiel observância das disposições do Contrato, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes, encaminhando-as, imediatamente a Contratada para a pronta correção das irregularidades constatadas;

7.15. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;

7.16. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.17. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;

7.18. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;

7.19. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;

7.20. A empresa prestadora de serviço deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

7.21. A Administração pública poderá celebrar contrato de até 05 (cinco) anos para serviços e fornecimentos contínuos conforme o Art. 106 da Lei nº 14.133;

7.22. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme o Art. 107 da Lei nº 14.133;

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

8.1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor – Item 2 do objeto deste ETP;

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

8.7. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

8.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.9. Fornecer a substituição dos veículos conforme estabelecido no Termo de Referência e Minuta de Contrato, conforme este estudo técnico preliminar;

8.10. Efetuar manutenções preventivas e/ou corretivas nos veículos objeto deste estudo técnico preliminar;

8.11. Disponibilizar, quando solicitado, mais de 1 (uma) unidade de veículo por dia conforme necessidade por parte do CONTRATANTE para os Itens 2 e 3 do objeto deste ETP;

8.12. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na realização do serviço;

8.13. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção dos veículos do CONTRATANTE constante no Item 1;

8.14. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto aos preços praticados;

8.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

8.16. Quando ocorrer defeito nos veículos referidos ao Item 1 que exija mais tempo, deverá ser



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

negociado com o CONTRATANTE o prazo para entrega de veículo reserva feito por escrito mediante e-mail institucional do CRO-CE;

8.17. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até setenta e duas horas, a contar da notificação;

8.18. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

8.19. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

8.20. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.21. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;

8.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/21;

8.23. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;

8.24. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.25. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;

8.26. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

8.27. O serviço de locação de veículos SUV mensais, ou quando ocorrer necessidade de locação de Vans ou Sedan Compacto, terá prazo de vigência de 12 meses, sendo possível a aditivação do mesmo mediante contrato assinado por ambas as partes;

8.28. Cabe à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;

8.29. Os veículos referidos ao Item 1 deste ETP, deverão ser entregues ao CRO-CE com as



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

especificações requeridas no prazo máximo de 15 dias após a homologação do vencedor do certame.

8.30 . Os veículos referidos ao Item 1 deste ETP, deverão ser entregues ao CRO-CE com as especificações requeridas no prazo máximo de 15 dias após a homologação do vencedor do certame.

8.31. Arcar com todas as despesas necessárias com a manutenção do veículo, incluindo manutenção, seguros, peças, pneus e todos os custos necessários para a prestação dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

f) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

g) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

h) Fraudar na execução do contrato;

i) Comportar-se de modo inidôneo; ou

j) Cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;

b) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;

b) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não- aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de ilícito penal.

9.3. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRO-CE deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____ – _____.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o foro da Comarca de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 - Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

Fortaleza, _____ de _____ de 20 ____

Conselho Regional de Odontologia do Ceará

Presidente
CONTRATANTE

NOME EMPRESARIAL

CNPJ n.º _____

Sr(a). _____

CPF: n.º _____

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____